

CONCEPÇÃO DIALÉTICA: RESGATANDO A POSSIBILIDADE DA LUTA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Daniela Dias dos ANJOS¹

Luciana Bernardino SANT'ANNA²

RESUMO: Este artigo pretende caracterizar algumas das concepções de educação presentes na sociedade capitalista. Enfocamos a concepção dialética que reconhece na escola as contradições existentes nesta sociedade. A partir desta concepção, vemos uma possibilidade de resistência à ideologia dominante presente no sistema capitalista, e que a prática docente pode ser um dos meios facilitadores da luta pela transformação da realidade, na medida em os professores se comprometam politicamente com uma formação que conceba os alunos enquanto seres humanos; não somente preocupados em instrumentalizá-los para o mercado de trabalho, mas procurando desenvolver uma formação humana, crítica, não fragmentada; e que procurem realizá-la nas condições escolares existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Ideologia; Dialética; Professor.

ABSTRACT: DIALECTICS: REVISITING THE POSSIBILITY OF STRUGGLING FOR SOCIAL JUSTICE THROUGH EDUCATION

This article intends to characterize some of the conceptions of education presents in capitalist society. We focus on the dialectic conception as it recognizes that the existing contradictions in this society pervades the school environment. We see in this conception a possibility of resistance to the capitalist society's dominant ideology and we also see the teaching practice as one of the facilitating means for fighting for the transformation of reality. Teachers could contribute to this process as they politically commit themselves to a educational approach that recognizes students as human beings, and are not only concerned with developing skills for the job market, but also endeavor to develop a non-fragmented, critical, humanist background, and that they attempt to accomplish such formation regardless the existing school conditions.

KEY-WORDS: Capitalism; Ideology; Teacher; Dialectic

INTRODUÇÃO

Qual a concepção de educação mais apropriada para favorecer a formação de um ser humano que seja capaz de integrar-se e também interferir na construção de uma

sociedade justa e igualitária? Entende-se que fatores econômicos, políticos, culturais e ideológicos determinam o tipo de educação e esta, por sua vez, também produz efeitos na estrutura social, na medida em que os agentes produtores do cotidiano escolar reconheçam

¹ Discente do 4º semestre do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação – UNICAMP – 13084-111 – Campinas – Estado de São Paulo – Brasil.

² Discente do 4º semestre do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação – UNICAMP – 13084-111 – Campinas – Estado de São Paulo – Brasil.

que com sua atuação podem contribuir para a transformação da realidade.

Este texto pretende caracterizar brevemente algumas das concepções que influenciaram a educação na sociedade capitalista, suas relações com essa sociedade e suas implicações para o trabalho docente. Procuraremos, ainda, ressaltar o papel da ideologia dominante presente nestas concepções e no cotidiano escolar e, por fim, o papel do professor frente a esta ideologia.

A SOCIEDADE BRASILEIRA

A sociedade em que vivemos é capitalista, ou seja, é regida por um sistema que tem como princípio básico a propriedade privada. Esta sociedade é dividida em duas classes sociais fundamentais: a dos proprietários dos meios de produção (burguesia) e a dos que dispõem da força de trabalho (proletariado). O sistema capitalista é marcado pela exploração desta última pela primeira, na medida em que os donos dos meios de produção (fábricas, máquinas, terras, etc.) se apropriam do que é produzido pelas horas excedentes de trabalho dos proletários. Para exemplificar, pensemos em um operário que para produzir o equivalente ao valor de seu salário precisasse trabalhar 4 horas por dia; mas ele não trabalha só estas 4 horas, trabalha 8 ou mais. Estas horas excedentes não pagas ao trabalhador são apropriadas pelo dono da empresa (o capitalista), permitindo que ele acumule capital. (Silveira, 1995, p.22) Esta acumulação é o conceito de mais-valia que Marx definiu em seu trabalho. A quantidade de valor entregue pelos trabalhadores ao capitalista na forma de mercadorias, é sempre maior que a quantidade de valor que este lhes paga através do salário. Esta apropriação da mais-valia favorece a concentração do capital nas mãos dos donos dos meios de produção, que essencialmente se mantém através desta exploração.

A partir disto surge uma questão: por quais mecanismos o sistema capitalista consegue que a classe trabalhadora, que é a maioria em nossa sociedade, aceite esta situação de exploração?

Indícios para um possível entendimento desta questão encontram-se no mecanismo da inculcação ideológica, que trataremos a seguir.

IDEOLOGIA

O conceito de ideologia não é consensual, havendo diferentes definições. Trata-se, na verdade, de um tema inesgotável. Nesta reflexão nos ateremos à idéia de que ideologia é, em primeira instância, distorção da realidade, sendo este um conceito marxista, entendido aqui como um mecanismo pelo qual o particular se apresenta como universal, como

verdade absoluta, forjada pela classe dominante.

A ideologia está relacionada com o processo de produção da vida material. Nas palavras de Marx e Engels:

"(...) As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações sociais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação (...)" (Marx & Engels, 1991, p.72).

A classe dominante utiliza-se de ideologia para a manutenção da ordem estabelecida, reproduzindo as relações sociais de produção através dos "Aparelhos Ideológicos de Estado": igreja, meios de comunicação, escola, família, etc., dos quais a escola é um dos mais eficientes, pois "nenhum aparelho ideológico dispõe durante tantos anos da audiência obrigatória..., 5 a 6 dias num total de 7, numa média de 8 horas por dia" (Althusser, 1989, p.80).

A escola pública, obrigatória e gratuita surge com o advento do capitalismo, justamente para dar às massas os saberes necessários para que elas se adequem ao novo mercado de trabalho, isto é, através da escola são formados os trabalhadores para atender às necessidades do mundo do capital. Além disso, a escola é utilizada também para formar sujeitos passivos, desmobilizados, que não vejam possibilidade de revolução e que acreditem que sua condição social é naturalmente determinada. Entretanto, as massas populares também reivindicaram a escola, pois a concebiam como um meio de ascensão social. Pode-se dizer, portanto que, no início, quando a burguesia ainda era classe revolucionária, havia uma razoável proximidade entre os seus interesses e os das camadas populares no que se referia à educação.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

A concepção de educação em que se baseia esta escola, que surge com o advento do capitalismo, é a liberal. Segundo Cunha (1979) os princípios gerais que legitimam o liberalismo são: liberdade, individualismo, propriedade, igualdade e democracia. Tendo em vista estes princípios é que a educação pública e obrigatória foi organizada, princípios estes que se tornaram a ideologia da classe dominante e que acabaram, também, justificando o sistema capitalista. O individualismo, por exemplo, explica as diferenças de condições sociais pelas aptidões pessoais, como se o esforço individual fosse determinante para o sucesso na

sociedade, independentemente dos condicionantes sociais que atuam sobre ele.

Nesta concepção a educação é vista como fator de equalização social, isto é, pensa-se que apenas pela educação é possível resolver as desigualdades sociais, desconsiderando que a escola é também reflexo da sociedade e acreditando que não é preciso promover mudanças em suas bases. A educação, pois, seria a responsável pela resolução dos problemas sociais.

A concepção liberal de educação ainda está muito presente em nossos dias. Em um pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da visita do presidente dos Estados Unidos Bill Clinton ao Brasil, em outubro de 1997, nota-se a defesa desta concepção:

“(...) Aquilo que mais entusiasmei como professor que fui a vida toda e como pessoas que somos os dois, que acreditamos que a educação é um instrumento de equalização interna na sociedade, e melhoria de condições de trabalho para nossas populações e, por conseqüência de diminuição das diferenças e das assimetrias que possam existir em nossos países (...)” (Folha de São Paulo, 15.10.1997, p.1-14)

Desse ponto de vista, o trabalho docente fica condicionado a fornecer o saber necessário para preparação do indivíduo às exigências do mercado de trabalho. A finalidade da educação, então, não é formar um cidadão como um todo e sim instrumentalizá-lo para o atendimento das necessidades do modo de produção capitalista.

A idéia de igualdade no pensamento liberal, portanto, é ilusória, visto que as relações de produção do sistema capitalista são desiguais: existem os donos dos meios de produção e os que fornecem a mão-de-obra. A escola, por sua vez legítima e intensifica as desigualdades sociais, uma vez que o próprio acesso a ela é diferenciado, pois existe a escola destinada à burguesia (aqueles que podem manter seus filhos em escolas privadas e de qualidade) e a escola destinada a classe proletária (escola pública de qualidade inferior em geral).

A concepção reprodutivista contrapõe-se a estes preceitos liberais reconhecendo a educação como reprodutora das relações de produção capitalistas e por elas determinada. Um dos representantes desta concepção é L. Althusser, que concebe a escola como um dos “Aparelhos Ideológicos de Estado”. Isto significa que a escola está a serviço dos interesses da classe hegemônica, que detém o controle do

Estado, e que é um dos principais espaços de transmissão da ideologia dominante.

O Estado, portanto, é capitalista, ou seja, age em função dos interesses econômicos da burguesia. Por isso os autores reprodutivistas vêem a escola como mera reprodutora deste sistema, cuja perpetuação requer que pensamentos e “saberes” que mascarem a realidade sejam inculcados nos indivíduos durante o tempo que passam na escola.

“É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores” (Althusser, 1989, p.80).

A ideologia está presente na escola de diversas formas e a organização precária do sistema escolar público favorece isso: prédios que se assemelham a presídios, professores despreparados, baixos salários, relação autoritária entre professor e aluno, regras impostas, horários rigidamente definidos para tudo, livros didáticos com conteúdos ideológicos, etc. Esta escola prepara o aluno para se adequar às relações sociais de trabalho presentes na sociedade; é a escola da passividade, em que a voz do aluno se cala para que a voz do professor seja pronunciada.

Dentre os muitos aspectos, faremos uma breve referência à ideologia contida nos livros didáticos. Muitas vezes eles sutilmente trabalham com conceitos que interessam à classe dominante.

Segundo Faria (1984), em muitos textos estão presentes idéias que justificam as diferenças sociais associando-as à natureza; o racismo é camuflado, como visto, por exemplo, em um texto retirado de um livro didático das séries iniciais que apresenta a história de uma cozinheira chamada Joana: o texto não faz alusão à cor, mas a ilustração que o acompanha é de uma mulher negra. Ao trabalho é atribuído um caráter mecânico mostrando a sociedade como se ela sempre tivesse sido assim, naturalmente determinada, ocultando a exploração do trabalho; o cotidiano da vida da classe operária não é mostrado nos livros e é considerado como uma deficiência a ser superada, ou seja, afirma-se que se houver esforço do trabalhador, se ele estudar, terá condições de ascender socialmente. Portanto, se não atingir o ideal de vida da classe dominante, a responsabilidade pelo seu “fracasso” será unicamente sua, enquanto indivíduo.

“O livro didático nega as condições de vida da classe operária. A criança operária deve considerar-se errada, negar sua vivência e assumir a ideologia burguesa como verdade” (Faria, 1984, p.71).

Desigualdades e discriminações são omitidas e dissimuladas, contribuindo para a reprodução da sociedade burguesa. Ao afirmar o trabalho nas condições capitalistas como bom e natural, os livros fazem com que o aluno trabalhador aceite sua condição de dominado.

Como afirma Marilena Chauí, em seu artigo *Ideologia e Educação*, a ideologia tem como uma de suas características ser um discurso lacunar, que se fosse preenchido seria desmascarado. Esta é uma das estratégias para não mostrar a origem de tais idéias. A ideologia é assimilada como algo que está intimamente ligado ao indivíduo, de tal forma que ele mesmo não é capaz de percebê-la. Por isso defende estas idéias como se fossem suas.

Contudo, reconhecer este caráter reprodutor da educação, embora necessário, não é suficiente para explicar seu papel social. Afinal, entre a estrutura (base material da sociedade) e a superestrutura (no caso, a educação), não existe uma relação mecânica, de determinação unilateral desta última pela primeira, mas uma relação dialética, de ação recíproca, na qual os fatores econômicos são determinantes em “última instância”³. Isso significa que a superestrutura também produz efeitos na estrutura, de modo que, no caso da educação, o que se passa no interior da escola também repercute na prática social.

Desse modo, a perspectiva dialética reconhece simultaneamente o poder reprodutor e transformador da educação sobre a sociedade. Em síntese, a concepção dialética da educação supera as concepções liberal e reprodutivista, não no sentido de negá-las completamente, mas de avançar por um caminho não determinista, problematizando a realidade e enxergando a possibilidade de luta.

“A escola é simultaneamente
reprodução das estruturas

³ Nas palavras de Engels: “(...) Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela, (...) também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. (...)” (Engels apud Barbosa, 1986, p. 151).

existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação (...)” (Snyders, 1997, p.106).

Existe, como já dissemos, uma ação recíproca da sociedade sobre a escola e, inversamente, da escola sobre a sociedade, posto que a luta de classes também está presente na escola. Se pensarmos na escola como apenas reprodutora das relações sociais estaremos negando essa presença e, conseqüentemente, concluindo que não há possibilidade de luta pela transformação social através da educação.

A concepção dialética reconhece que as condições sociais são reproduzidas na escola e, como a sociedade é contraditória, a escola também reproduz esta contradição. A burguesia cria a escola pública para manutenção do sistema capitalista, mas esta mesma escola é o veículo que permite à classe proletária adquirir os conhecimentos necessários para lutar contra as desigualdades sociais. Portanto, segundo Saviani, precisamos, na realidade, lutar para que esta escola privilegie conteúdos, garantindo o acesso ao saber elaborado e significativo.

“Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação (...) Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (Saviani, 1999, p.66)

A concepção dialética resgata, ainda, a responsabilidade do professor como agente social, inserido no contexto escolar, frente à luta pela transformação da sociedade. Com sua postura em sala de aula e seus conhecimentos, o professor pode acabar favorecendo a transmissão da ideologia dominante, atuando como porta-voz dos ideais capitalistas. “Não se educa inocentemente... os nossos silêncios falam quase tanto como as nossas palavras...” (Snyders, 1984, 29).

Para evitar que isso ocorra, ele deve trabalhar criticamente os conteúdos percebendo a presença da ideologia dominante, procurando dar subsídios para que o aluno das camadas menos favorecidas tenha consciência da realidade em que está inserido, pois caso contrário, estará deixando o espaço aberto para que o “lixo cultural” dos meios de comunicação

continue influenciando os pensamentos e as atitudes dos alunos.

O discurso de que a criança, de acordo com seus desejos e interesses, como defendido pelas pedagogias não diretivas, fará suas próprias escolhas, deve ser questionado, tendo sempre claro que o homem é, em última instância, resultado das condições sociais em que está inserido e que o interesse individual está intimamente ligado ao que nos é apresentado desde criança como sendo bom, verdadeiro, etc.

“O ‘certo’ se torna ‘verdadeiro’ na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo ‘individual’..., é o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc...” (Gramsci apud Faria, 1984, p. 75).

O professor deve também procurar despertar nos alunos uma “alegria cultural”, isto é, aquela alegria que decorre da apropriação, por eles, dos elementos culturais que cabe à escola ensinar-lhes. No início do estudo, esta alegria pode não estar presente; exige um esforço através do cumprimento das obrigações escolares para que, ao término do estudo, sejam capazes de reconhecer a importância deste esforço. (Snyders, 1984, p.22)

A cooperação também deve ser estimulada através do trabalho em grupo, cuidando para não permitir que a divisão de trabalho no grupo seja feita com base em supostas aptidões pessoais, pois, dessa forma, os alunos que possuem dificuldades (de escrita, leitura, fala, etc.) não as superarão. Caso contrário, segundo Chauí, o trabalho em grupo pode reproduzir as relações sociais de produção (sempre há o que manda e o que obedece), intensificando as desigualdades e injustiças.

Enfim, o professor deve se preocupar com os conteúdos a serem transmitidos, usar de linguagem adequada e não desprezar as origens culturais dos alunos.

Não basta apenas mudar o livro didático, ou a estrutura da escola; o mais importante é que o professor esteja comprometido com a luta pela transformação da realidade, tendo condições, por exemplo, de fazer bom uso do livro didático burguês. É importante que o professor conheça o conteúdo deste livro e seja capaz de reconhecer nele a ideologia dominante para que sua prática não a reproduza.

O que se pretende, pensando numa educação escolar sob a concepção dialética, é que o trabalho docente possibilite aos alunos uma compreensão crítica e bem elaborada da realidade; propicie contato com a cultura

elaborada, tendo como ponto de partida seu próprio universo cultural.

A forma de se trabalhar a leitura em sala de aula é um exemplo: o professor deve, primeiro, conhecer as preferências dos alunos e, depois, apresentar-lhes leituras elaboradas de grandes autores e poetas, dando condições, inclusive, para que possam compará-las, de modo que percebam as diferenças entre elas.

Apesar das condições precárias de trabalho, o educador tem a possibilidade de se posicionar contra o que lhe é imposto: trabalhar com os conteúdos de forma crítica, questionar, incentivar sempre a participação dos alunos para que expressem seus posicionamentos e idéias, permitindo um ambiente em que a criatividade se manifeste. Mesmo com a imposição dos conteúdos, livros didáticos e outros instrumentos criados pelo Estado, o professor ainda tem o domínio do que irá ou não trabalhar em sala de aula, pois neste espaço ele possui relativa autonomia.

Há um interesse, por parte da classe dominante, em manter as péssimas condições da escola, porque um ensino de boa qualidade representa uma ameaça à ordem estabelecida, na medida em que os alunos tenham acesso ao conhecimento elaborado de forma crítica, terão a possibilidade de identificar-se enquanto pertencentes a uma classe social e, a partir disto, lutar por melhores condições.

Um professor que não aceite passivamente as condições impostas pelo sistema capitalista, e deseje que estas se transformem, tendo consciência de que a ideologia dominante está inteiramente presente na escola, pode e DEVE lutar com as armas que possui. Há em média um público de 30, 40 ou até mais indivíduos por sala todos os dias, que precisam sair da ignorância à qual foram aprisionados e tomar consciência de que podem ao menos lutar para mudar as suas condições de vida, que estas condições não são naturais e, além disso, lhes foram impostas pela classe dominante. Assim, cientes de que o saber escolar também pode interferir na consciência do cidadão, estaremos preparados para o segundo combate: exigir mudanças nas condições sociais e econômicas. Um cidadão que domina razoavelmente este saber elaborado não mais estará tão passivo às ordens do sistema. Questionará mais e, conseqüentemente, exigirá mais dos governantes.

Não podemos deixar de lembrar que o professor também está inserido em uma determinada classe social, e que não está à margem da ideologia dominante. Portanto, é imprescindível que sua formação seja ampla e de qualidade, em que não prevaleça um simples aprendizado de técnicas de ensino, afim de que possa ter condições de se identificar com a sua classe e, conseqüentemente, lutar pela transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a discussão sobre o papel ideológico presente nas concepções de educação é bem mais complexa do que pudemos explicitar neste texto, mas talvez o caminho aqui proposto possa ajudar na reflexão sobre o tema.

Enquanto não houver uma transformação social, o trabalho do professor estará intimamente ligado à manutenção da ordem estabelecida, mas este professor, mesmo que seja difícil lutar no campo de batalha da classe dominante, deve buscar essa transformação, comprometer-se politicamente com ela, organizar-se em sindicatos e, principalmente, usar a sala de aula, que é o espaço específico que possui, para travar a luta contra a classe dominante, deixando de assumir a ideologia burguesa como sua e, conseqüentemente, evitando tanto quanto puder transmiti-la a seus alunos. Para tanto, o professor precisa também desenvolver uma compreensão teórica da realidade em que atua, a partir da qual possa planejar melhor sua ação.

“A teoria em si... não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos tal transformação... uma teoria é prática na medida que se materializa, através de uma série

de mediações, o que antes existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação” (Vazquez apud Faria, 1984, p.7).

Cabe à nós, educadores, cientes das contradições existentes na escola e na sociedade, nos posicionarmos e nos inserirmos na luta pela transformação da realidade. Sabemos que é uma luta difícil, mas não impossível. Façamos nossas as palavras de Snyders:

“(...) os problemas pedagógicos, no fim de contas, são... problemas políticos e o progresso da pedagogia passa por um progresso, por uma evolução política fundamental. Mas temos também de dar aula amanhã de manhã, ou depois de amanhã de manhã, e a revolução não vai se fazer até lá, infelizmente. Então eu gostaria que pudéssemos preparar-nos juntos para as grandes coisas... mas gostaria também que pudéssemos levar amanhã, a partir de amanhã, aos nossos alunos aquilo que lhes pode dar confiança, esperança, segurança e a sensação de que é possível um progresso” (Snyders, 1984, p.28).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- BARBOSA, Wilmar V. O Materialismo histórico. In: Rezende, A. *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar/SEAF, 1986.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Ideologia e educação*. Revista Educação e Sociedade. São Paulo, v.2, n. 5, p.24-40, 1990.
- CUNHA, Luiz Antonio A educação e a construção de uma sociedade aberta. In: _____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de outubro de 1997. p.1-14
- MARX, K., ENGELS, F. A Ideologia em geral, especialmente a alemã. In: _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p.23-77.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- SILVEIRA, R. J. S. *O professor e a transformação da realidade*. Nuances, Revista do curso de Pedagogia, Presidente Prudente, v.3, 1995.
- SNYDERS, G. As pedagogias não-directivas. In: *Correntes actuais da pedagogia*. Lisboa: Horizonte, 1984.
- SNYDERS, G. Conclusão da primeira parte. In: _____. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moraes Ed., 1997.